



SENADO FEDERAL

OFÍCIO Nº S/36, DE 2011

Ofício nº 292/GP

Brasília, 3 de junho de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Encaminha documentação – indicação da PGR

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa Casa Legislativa, documentação exigida pela Resolução nº 7/2005, do Senado Federal, e do Ato nº 1/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, dos indicados pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça, a saber:

- a) Procurador Regional da República Wellington Cabral Saraiva, do Ministério Público Federal;
- b) Promotor de Justiça Gilberto Valente Martins, do Ministério Público do Estado do Pará.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita de Cezar Peluso.

Ministro Cezar Peluso
Presidente

WELLINGTON CABRAL SARAIVA

CURRICULUM VITÆ

RECIFE
2011

ÍNDICE

1. Dados Pessoais	3
2. Documentos de Identificação.....	3
3. Escolaridade.....	3
4. Experiência Profissional.....	4
5. Atuação no Ministério Público	5
6. Atividade Docente.....	8
7. Coautoria de Livros Publicados.....	10
8. Artigos Publicados em Periódicos.....	10
9. Artigos Publicados em Jornais e Sites de Notícias.....	11
10. Outra Produção Bibliográfica	12
11. Palestras, Exposições e Similares.....	12
12. Participação em Bancas de Comissões Julgadoras	20
13. Participação em Bancas de Trabalhos de Conclusão.....	22
14. Participação em Cursos, Congressos e Similares.....	22
15. Conhecimento de Idiomas.....	24
16. Cursos e Diplomas de Línguas.....	24
17. Outros Trabalhos Técnicos.....	25
18. Aprovações e Homenagens.....	25
19. Outras Atividades Acadêmicas, Científicas, Culturais e Diversas.....	26
20. Declaração.....	29

1. DADOS PESSOAIS

NOME: WELLINGTON CABRAL SARAIVA
ENDEREÇO PROFISSIONAL: Procuradoria Regional da República da 5ª Região
R. Frei Matias Teves, 65, Paissandu
50070-450 Recife (PE)
Telefones: (81) 3081-9944 / 9943
Fac-símile: (81) 3081-9944
E-mail: wsaraiva@prrr5.mpf.gov.br
FILIAÇÃO: Rômulo Pedrosa Saraiva e Maria Welane Cabral Saraiva
NACIONALIDADE: brasileira
NATURALIDADE: Recife (PE)
ESTADO CIVIL: casado desde 1989
DATA DE NASCIMENTO: 31 de dezembro de 1966
GRAU DE INSTRUÇÃO: Mestre em Direito

2. DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

IDENTIDADE: 2.553.967-SSP/PE
CTPS: 21510, série 00026
CPF (MF): 456.358.894-68
CARTEIRA DE RESERVISTA: 210012075938 – 21ª CSM
TÍTULO ELEITORAL: 0103.6217.2070, 5ª Zona, 187ª Seção do Recife
PASSAPORTE (OFICIAL): SB-008891, emissão em 15 jun. 2010,
validade 14 jun. 2015
INSCRIÇÃO NO PASEP: 1.800.042.316-8

3. ESCOLARIDADE

PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*:

Curso: Mestrado em Direito e Estado
Universidade: Universidade de Brasília
Faculdade: Faculdade de Estudos Sociais Aplicados /
Departamento de Direito
Concentração: Direito Constitucional
Título da dissertação: A natureza política da interpretação constitucional
Orientador: Prof. Dr. Inocêncio Mártires Coelho
Cidade: Brasília (DF)
Período: 1992 a 1993 (créditos)
1999 (defesa da dissertação final)

GRADUAÇÃO:

Universidade: Universidade Federal de Pernambuco
Faculdade: Faculdade de Direito do Recife
Curso: Direito
Cidade: Recife
Período: 1984 a 1988

ENSINO MÉDIO:

Estabelecimento: Colégio Marista
Cidade: Recife
Período: 1981 a 1983

ENSINO FUNDAMENTAL:

Estabelecimento: Colégio Marista
Cidade: Recife
Período: 1977 a 1980
Estabelecimento: Escola Picapau
Cidade: Recife
Período: 1971 a 1976

4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Procurador Regional da República, do Ministério Público Federal, promovido em dez/2003, lotado desde abr/2004 na Procuradoria Regional da República da 5ª Região
- Procurador da República, do Ministério Público Federal, nomeado, por aprovação, em 2º lugar no Brasil entre 6.035 inscritos no 13º Concurso para Procurador da República (Portaria nº 296, de 16 jun. 1995, do Procurador-Geral da República – *Diário Oficial*, seção 2, de 19 jun. 1995, p. 4.440)
- Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nomeado pelo critério de antiguidade (portaria do Procurador-Geral da República – *Diário Oficial* de 26 dez. 1994)
- Assessor, como Promotor de Justiça, da Procuradoria de Recursos Constitucionais do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Portaria nº 439, de 6 set. 1994, da Procuradora Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios)
- Promotor de Justiça Adjunto do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nomeado, por aprovação em 8º lugar em concurso público de provas e títulos (Portaria nº 485, de 7 out. 1992, do Procurador-Geral da República – *Diário Oficial*, seção II, 8 out. 1992, com exercício de 20 out. 1992 a 25 dez. 1994)
- Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em comissão, código STJ-DAS-102.5, lotado no Gabinete do Ministro Demócrito Reinaldo (Ato nº 712, de 28 jun. 1991, do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, *Diário da Justiça*, 1º jul. 1991, com exercício de 1º jul. 1991 a 19 out. 1992)

- Assessor Técnico-judiciário do Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em comissão, símbolo PJ-ATJC (Ato nº 9, de 2 jan. 1991, do Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco – *Diário do Poder Judiciário*, 4 jan. 1991, com exercício de 4 jan. a 30 jun. 1991)
- Advogado militante de jan./1989 a 3 jan. 1991
- Empregado do Banco do Brasil S.A., agência Recife-Centro (PE), Setor de Câmbio, Carteira de Importação, de 3 ago. 1987 a 28 fev. 1991, empossado mediante concurso público e demitido a pedido

5. ATUAÇÃO NO MINISTÉRIO PÚBLICO

- Representante do Ministério Público Federal na XX Sessão da Comissão de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal (*Commission on Crime Prevention and Criminal Justice – CCPCJ*), da Organização das Nações Unidas (ONU), em Viena, Áustria, de 11-15 abr. 2011
- A partir de fev/2011 – Representante do Ministério Público Federal no Projeto de Cooperação triangular entre o Brasil, o Escritório da ONU contra Drogas e Crime (UNODC) e o Paraguai – Programa sobre Direito, Segurança e Justiça –, juntamente com a Subprocuradora-Geral da República Denise Vinci Túlio
- Membro do Grupo de Trabalho em Lavagem de Dinheiro e Crimes contra o Sistema Financeiro, da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (ofício nº 578E/2010, de 17 dez. 2010, da Coordenadora da 2ª CCR/MPF)
- Representante do Ministério Público Federal no 12º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal (*12th United Nations Congress on Crime Prevention and Criminal Justice*), realizado em Salvador (BA), de 12 a 19 abr. 2010, juntamente com a Subprocuradora-Geral da República Raquel Elias Ferreira Dorge, os Procuradores Regionais da República Carla Veríssimo de Carli, Maria Hilda Marsiaj Pinto, Valquíria Oliveira Quixadá Nunes e Douglas Fischer e os Procuradores da República Marcello Paranhos de Oliveira Miller, Vladimir Barros Aras, Rodrigo de Grandis e Eduardo Botão Pelella (ofício PGR/GAB nº 229, de 19 mar. 2010, do Procurador-Geral da República).
- Coordenador do Grupo de Trabalho para representação do Ministério Público Federal em temas relacionados à Convenção Interamericana contra a Corrupção, da Organização dos Estados Americanos (Convenção da OEA), à Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (Convenção da OCDE), e à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção da ONU). Portaria PGR nº 356, de 20 jul. 2010, do Procurador-Geral da República
- Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), no biênio 14 maio 2009-13 maio 2011

- A partir de dez/2009, designado Corregedor Auxiliar da Corregedoria Geral do Ministério Público Federal no biênio 2009-2011 (Portarias nº 48, de 29 de dezembro de 2009, e nº 63, de 17 de dezembro de 2010, da Corregedora-Geral do MPF)
- 2009 - Membro de Grupo de Trabalho para elaborar proposta de aperfeiçoamento da legislação penal tributária, composto pela 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, juntamente com os Procuradores Regionais da República Maurício da Rocha Ribeiro e Douglas Fischer e os Procuradores da República José Robalinho Cavalcanti e Uendel Domingues Ugatti
- Representante do Ministério Público Federal na reunião dos grupos de trabalho e na assembleia plenária do GAFI/FATF (*Financial Action Task Force/Groupe d'Action Financière*) ocorrida em Lyon, França, de 22 a 26 jun. 2009
- Membro da Diretoria da Associação Nacional dos Procuradores da República, biênio 2007-2009
- A partir de fev/2009 - Coordenador Adjunto do Núcleo de Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos (NID), da Procuradoria Regional da República da 5ª Região (Portaria nº 8, de 17 fev. 2009, do Procurador-Chefe Regional, Luciano Mariz Maia)
- Representante do Ministério Público Federal para as Metas 14 e 16 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), designado pelo Procurador-Geral da República (ofício PGR/GAB nº 1.108, de 16 jun. 2008)
- Designado para exercer, em substituição, as funções de Subprocurador-Geral da República, com atuação perante a 5ª e a 6ª Turmas do Superior Tribunal de Justiça, de 22/2 a 22 mar. 2007 (Portaria nº 49, de 13 fev. 2007)
- Out/2005-out/2007 - Procurador-Chefe Regional da Procuradoria Regional da República da 5ª Região, após eleição dos membros da unidade e designação do Procurador-Geral da República
- Representante da Associação Nacional dos Procuradores da República na reunião da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro (Encla) realizada em Vitória (ES) em dez/2005, para definir metas para o ano de 2006 (Encla/2006) - ofício n. 606/2005/Presi/ANPR, de 5 dez. 2005, de Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Presidente da Associação
- 2 jan. 2003-abr/2004 - Procurador Chefe da Procuradoria da República em Pernambuco, após eleição dos membros da unidade e designação do Procurador-Geral da República (Portaria nº 864, de 11 dez. 2002)
- Membro da Comissão Preparatória e Instrutor do **II Curso de Iniciação de Procuradores da República**, organizado pela Escola Superior do Ministério Público da União, em Brasília, fev/2002 (Portaria nº 16, de 23 out. 2002, da Direção Geral da ESM-PU)
- Coordenador Criminal Substituto da Procuradoria da República em Pernambuco, conforme decisão colegiada dos Procuradores da República lotados no Estado, de jan/2001 a dez/2002

- Membro da Comissão Preparatória e Instrutor do **I Curso de Iniciação de Procuradores da República**, organizado pela Escola Superior do Ministério Público da União, em Brasília, fev/2002
- Secretário do Grupo Temático de Trabalho sobre Tortura no Brasil, como Situação de Ofensa à Cidadania, constituído pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal (Portaria nº 2, de 8 out. 2001 – **Diário da Justiça**, seção 1, 22 out. 2001, p. 648)
- Presidente da Subcomissão Estadual em Pernambuco do 17º Concurso para Provisão do Cargo de Procurador da República, realizado em 1999
- Coordenador Criminal da Procuradoria da República em Pernambuco, conforme decisão colegiada dos Procuradores da República lotados no Estado, de nov/1998 a dez/2000
- Integrante da Comissão composta por representantes do Ministério Público Federal, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Advocacia-Geral da União e Presidência da República para sistematização e implementação das conclusões do **II Encontro Nacional em Defesa do Patrimônio Público**, em Brasília (DF), nos dias 8-9 out. 1998
- Procurador da República lotado na Procuradoria da República em Pernambuco (Portaria nº 478, de 15 out. 1997, do Procurador-Geral da República – **Diário Oficial**, seção 2, de 16 out. 1997, p. 7.927)
- Procurador da República designado para compor, como suplente, a Comissão de Execução e Fiscalização do **V Concurso Público para Provisão de Cargos de Juiz Federal Substituto da 1ª Região** (Ato nº 1, de 9 jul. 1996, do Juiz Presidente da Comissão Examinadora – **Diário da Justiça**, seção 2, 12 jul. 1996, p. 47.673-4)
- Procurador da República designado para acompanhar a inspeção ordinária dos serviços da Secretaria da 11ª Vara Federal do Distrito Federal, no período de 6 a 17 maio 1996 (Portaria nº 26, de 19 abr. 1996, do Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal – **Diário Oficial**, seção 2, 23 abr. 1996, p. 2.914)
- Procurador da República designado para representar o Ministério Público Federal, nos dias 29-31/1 e 1º fev. 1996, nas sessões promovidas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para celebração de compromisso de cessação de conduta por empresas objeto do processo administrativo nº CADE/08000.016384/94-11 e na sessão plenária do CADE, em 4 mar. 1996, para homologação do termo de compromisso (Portarias nº 13, 19 e 78, de 24 e 31 jan. 1996 e 1º mar. 1996, do Procurador-Geral da República)
- Procurador da República lotado na Procuradoria da República no Distrito Federal (Portaria nº 588, de 23 nov. 1995, do Procurador-Geral da República – **Diário Oficial**, seção 2, de 27 nov. 1995, p. 9.236)
- Procurador da República lotado na Procuradoria da República em Goiás (Portaria nº 296, de 16 jun. 1995, do Procurador-Geral da República – **Diário Oficial**, seção 2, de 19 jun. 1995, p. 4.440)
- 3ª Promotor de Justiça de Entorpecentes e Contravenções Penais (Portaria nº 42, de 3 fev. 1995, da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios)

- Promotor Eleitoral perante a 2ª Junta Apuradora da 1ª Zona Eleitoral do Distrito Federal, no 2º turno da eleição de 1994 (Portaria nº 590, de 4 nov. 1994, da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios)
- Promotor Eleitoral perante a 2ª Junta Apuradora da 1ª Zona Eleitoral do Distrito Federal, no 1º turno da eleição de 1994 (Portaria nº 471, de 14 set. 1994, da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios)
- Promotor de Justiça Adjunto designado, juntamente com o Procurador de Justiça João Alberto Ramos e os Promotores de Justiça Rogério Schietti Machado Cruz e Petrônio Calmon Alves C. Filho, para, sob a presidência do citado Procurador de Justiça, efetuar estudo e acompanhamento do Projeto de Lei nº 1.480-C, de 1989, que dispunha sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dava outras providências (Portaria nº 470, de 14 set. 1994, da Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios)
- Promotor de Justiça Adjunto designado para, juntamente com o Promotor de Justiça Adjunto Antônio Fernandes da Luz, elaborar anteprojeto de portaria reguladora das atividades da Promotoria Especializada em questões tributárias (Portaria nº 428, de 31 ago. 1994, da Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios)
- Membro da comissão de planejamento, organização, acompanhamento e avaliação dos cursos de adaptação de novos promotores de justiça adjuntos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, com os Promotores de Justiça Amarílio Tadeu Friesz de Almeida; José Firmo Reis Soub; Jair Meurer Ribeiro; Rogério Schietti Machado Cruz; Laura Beatriz C. B. A. Semeraro Rito. Resolução n. 5, de 9 mar. 1993, do Conselho Administrativo da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
- Promotor de Justiça Adjunto designado para oferecer manifestação pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em mandados de segurança (portaria de jan/1993, da Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios)

6. ATIVIDADE DOCENTE

1. Professor da disciplina **Direito Tributário, Direito Penal e Crimes contra a Ordem Pública Tributária**, no Curso de Especialização em Direito Tributário da Universidade Federal de Pernambuco, 8 e 9 abr. 2011.
2. Professor da disciplina **Licitações e Contratos Administrativos** em diversos cursos de especialização em Direito Administrativo da Universidade Federal de Pernambuco, no período de 1999 a 2010
3. Professor da disciplina **Direito Processual Constitucional** em diversos cursos de especialização em Direito Processual da Universidade Federal de Pernambuco, no período de 1999 a 2002

4. Professor da disciplina **Direito Administrativo** no I Curso de Pós-graduação em Administração Judiciária, ministrado pelo Núcleo de Brasília da Fundação Getúlio Vargas, no 1º sem./1997
5. Professor no **Curso de Recursos**, curso de aperfeiçoamento de 5 horas, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil/Seção de Pernambuco, ministrado de 18-20 set. 2000
6. Professor da disciplina **Direito Constitucional** em cursos de especialização *lato sensu* da Escola Superior da Magistratura do Trabalho da 6ª Região, do 2º sem./1998 ao 1º sem./2002
7. Professor do **Curso de Recursos**, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, de 18-20 set. 2000
8. Professor da disciplina **Licitações e Contratos Administrativos**, em curso de especialização promovido pela Universidade Federal de Pernambuco/Tribunal de Contas de Pernambuco, no 1º sem./2000
9. Professor da disciplina **Direito Penal do Trabalho** em cursos de especialização *lato sensu* da Escola Superior da Magistratura do Trabalho da 6ª Região, do 1º sem./1999 ao 1º sem./2000
10. Professor da disciplina **Direito Processual Constitucional** em curso de especialização *lato sensu* da Sociedade Caruaruense de Ensino Superior (Faculdade de Direito de Caruaru), no 1º sem./1999
11. Professor da disciplina **Licitações e Contratos Administrativos** em curso de especialização *lato sensu* da Universidade Federal do Piauí/Tribunal de Contas do Piauí, em abr/1998
12. Professor substituto da disciplina **Legislação Social** em cursos de graduação na Universidade de Brasília, nos dois semestres letivos de 1995
13. Professor substituto da disciplina **Legislação Administrativa** em cursos de graduação na Universidade de Brasília, nos dois semestres letivos de 1995
14. Professor da disciplina **Direito Constitucional 2 (Teoria do Estado)** em curso de especialização *lato sensu* da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no 1º sem./1994
15. Professor da disciplina **Direito Civil I (Teoria Geral das Obrigações)** no curso de graduação em Direito da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, no 1º sem./1994
16. Monitor de pós-graduação (Mestrado) da disciplina **Direito Tributário**, no curso de graduação em Direito da Universidade de Brasília, no 2º sem./1993
17. Monitor de graduação da disciplina **Teoria Geral do Estado 2**, no curso de graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco, no 2º sem./1986 e no 2º sem./1987
18. Monitor de graduação da disciplina **Teoria Geral do Estado 1**, no curso de graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco, no 1º sem./1987

7. COAUTORIA DE LIVROS PUBLICADOS

1. Capítulo "Financiamento do terrorismo". In: **Lavagem de Dinheiro: Prevenção e Controle Penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010, p. 363-402. ISBN: 9788576993049
2. Capítulo "Medidas cautelares e confisco no processo por crime de lavagem de bens". In: **Tributo a Afrânio Silva Jardim: Escritos e Estudos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 240-270. ISBN: 9788537508862
3. Capítulo "Legitimidade exclusiva do Ministério Público para o processo cautelar penal". In: **Garantismo penal integral: questões penais e processuais, criminalidade moderna e a aplicação do modelo garantista no Brasil**. Salvador: JusPodivm, 2009, p. 151-170. ISBN: 8577612341
4. Capítulo "Improbidade administrativa por enriquecimento ilícito". In: **Cem Perguntas e Respostas sobre Improbidade Administrativa**. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2008, p. 37-43. ISBN: 9788588652200
5. Capítulo "Omissão de recolhimento de contribuição previdenciária: objeto material e tipo subjetivo". In: **Direito Penal Tributário**. São Paulo: MP Editora, 2005, p. 399-422. ISBN: 8598848077
6. Capítulo "Inconstitucionalidade da exigência legal de remessa de requisições por meio do Procurador-Geral da República". In: **O Ministério Público e a ordem social justa**. Belo Horizonte: Del Rey/Associação Nacional dos Procuradores da República, 2003, p. 303-326. ISBN: 8573086769
7. Capítulo "Competência e exclusão de ilicitude no crime contra a honra atribuído a agente público federal no exercício da função". In: **Temas de Processo Penal**. Fortaleza: DIN-CE, 2002, vol. II (Série Coletânea de Trabalhos Jurídicos). p. 157-184

8. ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS

1. Exploração da carcinicultura em áreas de mangue em face do Direito Ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Ambiental**. Ano 1, jul/set 2005, vol. 3, p. 241-268.
2. Ajuda de custo paga a servidor público: repetição (ilegalidade do decreto que exorbita da função regulamentadora). **Boletim de Direito Administrativo**. São Paulo: NDJ, 2002. ano XVIII, n. 10, out. 2002, p. 815-820
3. A notícia-crime nas infrações penais contra a Justiça do Trabalho. **Boletim Informativo do TRT-15ª Região**. n. 161, ano XV, set. 2001, p. 26-28
4. A regra do segredo nas ações penais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal: inconstitucionalidade. **Boletim dos Procuradores da República**. Ano III, n. 27, jul. 2000, p. 28-29
5. O caráter principiológico das normas constitucionais. **Revista da Amatra VI**. Recife, ano 3, n. 8, out. 1999, p. 44-47

6. Antecedentes do réu e direito à suspensão condicional do processo penal. **Boletim dos Procuradores da República**. Ano I, set. 1998, v. 5, p. 30-31
7. Ação civil *ex delicto*: legitimidade ativa do Ministério Público. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. Ano 86, v. 741, jul/97, p. 484-501. Também publicado no sítio eletrônico do Ministério Público de São Paulo na Internet: <[http://www.mp.sp.gov.br/justitia/\(1\)ExDelicto.html](http://www.mp.sp.gov.br/justitia/(1)ExDelicto.html)>; na **Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**, ano 3, n. 6, jul.-dez. 1995, p. 114-135 (circulou em abr. 1997); na revista **Justitia** (do Ministério Público de São Paulo), n. 176, out.-dez. 1996, p. 11-26
8. Licitação dispensada e licitação dispensável. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. ano 86, v. 746, dez. 1997, p. 711-717. Também publicado no **Boletim de Licitações e Contratos (BLC)**, ano X, n. 11, nov. 1997, p. 546-550; no **Informativo Consulex**, vol. 11, n. 12, mar. 1997, p. 321-318; no **Correio Braziliense**, suplemento "Direito & Justiça", 21 out. 1996, p. 4-5.
9. Absolvição liminar de réus com foro por prerrogativa de função: inconstitucionalidade. **Revista dos Tribunais**. Ano 84, jun. 1995, vol. 716, p. 548-559. **Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**. ano 2, n. 4, jul/dez. 1994, p. 235-254
10. Aplicações da informática à atividade jurídica. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. Ano 83, dez. 1994, vol. 710, p. 237-242.
11. Adicional do imposto de renda: base de cálculo. **Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**. ano I, n. 1, jul.-set. 1993, v. 1, p. 51-57.

9. ARTIGOS PUBLICADOS EM JORNAIS E SITES DE NOTÍCIAS

1. Diversidade sexual e direitos fundamentais. **Diario de Pernambuco**. Opinião, 20 set. 2009, p. A19
2. Ministério Público, investigações e eleições. Sítio **Parabólica**, do portal Globo.com. Publicado em <<http://globonews.globo.com/Parabolica/0,6993,QY367388-1204,00.html>>. 5 mar. 2002, às 15h00
3. Justiça, imprensa e opinião pública. **Diario de Pernambuco**. Recife. 26 ago. 1997, p. 19
4. Conflito de competência no homicídio de Galdino. **Correio Braziliense**, suplemento "Direito & Justiça". Brasília. 16 jun. 1997, p. 5
5. Estabilidade é privilégio? **Correio Braziliense**, suplemento "Direito & Justiça". Brasília. 5 maio 1997, p. 6. **Jornal de Brasília**. 6 maio 1997, p. 6. **Diario de Pernambuco** (sob o título Estabilidade: privilégio do servidor?). 22 maio 1997, p. 3. **Folha de São Paulo**, caderno "São Paulo" (sob o título A estabilidade dos servidores). 21 jun. 1997, p. 3-2
6. Ministério Público e liberdade de imprensa. **Correio Braziliense**, suplemento "Direito & Justiça". 26 fev. 1996, p. 5. **Infojur** (Informativo Jurídico da Procuradoria-

- Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios). ano I, n. 3, 1. quinzena set/96, p. 5-8
7. Ministério Público e requisição de informações sigilosas. *Correio Braziliense*, suplemento "Direito & Justiça". 6 nov. 1995, p. 4
 8. A informática e as profissões jurídicas. *Correio Braziliense*, suplemento "Direito & Justiça". 1º ago. 1994, p. 3
 9. Notas sobre o IPMF. *Correio Braziliense*, suplemento "Direito & Justiça". 29 mar. 1993, p. 4-5
 10. Acerca do imposto único. *Jornal do Commercio*. Recife. 25 e 26 mar. 1992, p. 7
 11. Moral, inflação e impunidade. *Correio Braziliense*, caderno "Direito & Justiça". Brasília, 13 jan. 1992, p. 7
 12. Da problemática dos cursos jurídicos. *Advogar*, jornal da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção de Pernambuco. ano XIV, n. 3, abr. 1987, p. 7

10. OUTRA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

- Levando devagar: a fina arte de pilotar uma moto grande em baixas velocidades. 2008. Tradução de artigo. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/6532639/Levandodevagar>>. Publicado originalmente na revista HOG Tales, mar./abr. 2008, p. 42-4.
- **Tratados e convenções internacionais como fontes formais primárias do Direito Tributário.** Monografia apresentada à disciplina Direito Financeiro 2, do Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco e incorporada à Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas daquela Universidade por proposta de seu II Departamento (Direito Público Especializado).

11. PALESTRAS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES

1. **Palestra As Redes Sociais, o Poder Judiciário e o Ministério Público.** Tribunal de Justiça de Pernambuco. Auditório do Fórum Paula Baptista. Recife, 18 maio 2011
2. **Palestra Lavagem de bens e crime organizado.** Curso Novas Questões de Direito Penal, Direito Processual Penal e Execução Penal, promovido pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Recife, 10 e 11 dez. 2010.
3. **Palestra Orientação profissional: Direito.** Ciclo de palestras sobre orientação profissional para estudantes do ensino médio. Colégio Marista São Luís. Recife, 29 out. 2010.
4. **Presidência da Reunião Preparatória da X Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul,** com delegação dos Ministérios Públicos de Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Equador e Peru, ocorrida em 14 e 15 out. 2010, na Procuradoria Regional da República da 5ª Região

5. **Palestra Temas Atuais do Controle de Constitucionalidade na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.** Congresso Jurisdição Constitucional. Ministério Público Federal / Procuradoria Regional da República da 5ª Região. Recife, 2-3 set. 2010, palestra em 2 set. 2010.
6. **Palestra Novas mídias: o Twitter como ferramenta do Ministério Público.** Palestra para servidores e estagiários do Ministério Público Federal/Procuradoria Regional da República da 5ª Região. Recife, 26 ago. 2010
7. **Palestra A produção de provas na reforma do Código de Processo Penal.** Ministério Público da Paraíba/Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf). Seminário Reformas do Código de Processo Penal: Novas Perspectivas – 20 e 21 ago. 2010. João Pessoa, 20 ago. 2010
8. **Palestra Aspectos processuais da lavagem de dinheiro: investigação, competência, denúncia, produção de prova, medidas assecuratórias, administração de bens, alienação antecipada, perdimento de bens, efeitos civis da condenação, casos práticos.** Curso de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro para o Ministério Público do Estado do Ceará – Programa Nacional de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). Fortaleza, 2 a 6 ago. 2010, palestra em 4 ago. 2010.
9. **Palestra Lavagem de Bens e Crime Organizado.** Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape). Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados – Curso “Novas Questões de Direito Penal, Direito Processual Penal e Execução Penal”. Recife, 27 maio 2010
10. **Palestra Denúncia: Técnica de Elaboração. Questões Relevantes.** Palestra para servidores e estagiários do Ministério Público Federal/Procuradoria Regional da República da 5ª Região. Recife, 22 abr. 2010
11. Integrante do painel **Major Emerging Economies in the Fight against Foreign Bribery: Brazil**, ocorrido em 9 dez. 2009 no colóquio **Major Emerging Economies in the Fight against Foreign Bribery**, presidido por Richard Boucher, Secretário Geral Adjunto da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com a presença de Mochammad Jasin (Indonésia), Gerhard Nel (África do Sul), Pakdee Pothisiri (Tailândia), Shareen Riley (África do Sul) e S.C.Sinha (Índia). Evento: **Foreign Bribery: Who Pays the Price?** – Château de la Muette, Paris, França
12. **Palestra Visão da Criminalística pelo Ministério Público Federal.** II Semana de Criminalística “A Perícia Essencial à Justiça”. Associação dos Peritos Criminais Federais. Auditório da Escola da Magistratura Federal da 5ª Região. Recife, 23 a 25 nov. 2009. Palestra em 24 nov. 2009.
13. **Palestra Ação de improbidade administrativa: uma análise crítica.** II Simpósio de Direito Processual Civil. Escola Superior de Advocacia da Paraíba. João Pessoa, 26 ago. 2009.
14. **Painel Interceptação telefônica e telemática: excessos, vazamentos e liberdade de imprensa.** I Fórum Nacional dos Juízes Federais Criminais (Fonacrim). Associação dos Juízes Federais (Ajufe). Demais integrantes do painel: Juiz Federal Sérgio Fernando Moro, Delegado de Polícia Federal Sandro Torres Avelar e Advogado da União André Mendonça. Mediadora: jornalista Christina Lemos. Brasília, 28 abr. 2009.

15. Palestra **Aspectos processuais da lavagem de dinheiro**. Curso de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro para a Polícia Civil de Santa Catarina – Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD). Ministério da Justiça / Polícia Civil de Santa Catarina. Academia de Polícia Civil de Santa Catarina, Florianópolis, 15 abr. 2009.
16. Palestra **Requisitos da denúncia**. VII Curso de Ingresso e Vitaliciamento para Procurador da República. Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília, 14 abr. 2009.
17. Painel **Súmula vinculante e ameaças à independência judicial**. XVIII Encontro da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região (Amatra/VI). Eco Resort do Cabo. Painel com o Juiz do Trabalho Rodnei Doreto Rodrigues. Cabo de Santo Agostinho (PE), 25-28 mar. 2009.
18. Palestra **Denúncia: Técnica de Elaboração. Questões Relevantes**. VII Curso de Ingresso e Vitaliciamento para Procuradores da República. Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília, 9 dez. 2008
19. Palestra **A Integração das Instituições de Controle**. Seminário O Tribunal de Contas no Sistema de Combate à Corrupção: Instrumentos de Fiscalização e Meios de Prova. Tribunal de Contas de Pernambuco / Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães. Recife, 20 nov. 2008
20. Palestra **Lavagem de Bens - Normas Processuais**. Seminário sobre a Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro e suas Implicações na Administração Tributária. Governo do Estado do Rio Grande do Norte / Secretaria de Estado da Tributação. Hotel Serhs. Natal, 18-19 set. 2008.
21. Palestra **Orientação profissional: Direito**. Ciclo de palestras sobre orientação profissional para estudantes do ensino médio. Colégio Marista São Luís. Recife, 17 set. 2008.
22. Painel **As ações oriundas das relações de trabalho: competência**. I Congresso Internacional de Direito e Processo do Trabalho. Instituto de Estudos Jurídicos e Políticos Miguel de Unamuno. Centro de Convenções do Hotel Tavares Correia. Demais integrantes do painel: Juiz de Direito Demócrito Ramos Reinaldo Filho, Juiz do Trabalho Hugo Cavalcanti Melo Filho. Garanhuns (PE), 19 jul. 2008.
23. Palestra **Lavagem de Bens**. Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados. Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Pesqueira (PE), jul. 2008.
24. Palestra **Lavagem de Bens**. Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados. Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Garanhuns (PE), 4 jul. 2008.
25. Palestra **Lavagem de Bens**. Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados. Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Gravatá (PE), 13 jun. 2008.
26. Palestra **Lavagem de Bens**. Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados. Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Recife, 2 jun. 2008
27. Palestra **Lavagem de Bens**. Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados. Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Recife, 26 maio 2008.
28. Palestra **Requisitos da denúncia**. Curso de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. Ministério Público do Estado do

Rio Grande do Sul / Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD). Porto Alegre, 13 maio 2008

29. **Palestra Lavagem de Bens.** Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados. Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Recife, 12 maio 2008.
30. **Painel Lavagem de Bens e Outros Valores.** 13º Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim). Painel com o Advogado Antenor Madruga. Hotel Gran Meliá Mofarrej. São Paulo, 8 a 11 out. 2007.
31. **Palestra Técnica da Denúncia na Lavagem de Bens.** Curso de Capacitação de Promotores de Justiça para Prevenção e Combate à Lavagem de Bens. Ministério Público do Rio de Janeiro. Procuradoria Geral de Justiça. Rio de Janeiro, 14 set. 2007
32. **Mesa redonda Justiça, Segurança e Direitos Humanos.** Seminário Final do Programa *Alfa Human Rights Facing Security* / III Encontro Anual da ANDHEP / IV Seminário Internacional de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba. Universidade Federal da Paraíba. Demais integrantes: Eduardo Bittar, Luciano Oliveira, Procurador Regional da República Luciano Mariz Maia, Guilherme Assis de Almeida. João Pessoa, 6 set. 2007.
33. **Palestra Reforma Política: Propostas e Visão do Ministério Público Federal.** I Congresso Piauiense de Direito Eleitoral. Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Teresina, 23 a 24 ago. 2007. Palestra em 23 ago. 2007.
34. **Palestra Requisitos da denúncia.** 2º Curso de Aperfeiçoamento. Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília, 22 ago. 2007.
35. **Palestra O Ministério Público e o Poder Judiciário.** Curso de Iniciação à Magistratura. Escola de Magistratura Federal da 5ª Região. 6-10 e 13-17 ago. 2007.
36. **Palestra Elaboração da peça acusatória no crime de lavagem de dinheiro.** Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Lavagem de Dinheiro (PNLD). Ministério da Justiça / Escola Superior do Ministério Público de São Paulo. São Paulo, 1º jun. 2007.
37. **Palestra Arresto e confisco de bens provenientes de lavagem e de organizações criminosas.** Workshop Organizações Criminosas e Lavagem de Dinheiro. Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Recife, 28 maio 2007
38. **Aula inaugural Deficiências do sistema brasileiro de justiça criminal.** Curso de graduação em Direito. Campus I da Faculdade Boa Viagem. Recife, 5 fev. 2007.
39. **Avaliação de Propostas da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro (Encla) 2006.** XXIII Encontro Nacional dos Procuradores da República. Oficina II do Encontro. Associação Nacional dos Procuradores da República. Summerville Beach Resort, Praia de Muro Alto. Ipojuca (PE), 1º nov. 2006.
40. **Painel Improbidade administrativa: questões processuais controversas (debatedor).** Seminário A Defesa do Patrimônio Público e Social e a Lei de Improbidade Administrativa. 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Brasília, 11-13 dez. 2002
41. **Palestra Representação Fiscal para Fins Penais.** III Seminário Qualidade na Ação Fiscal. Secretaria da Receita Federal (SRF) / Superintendência Regional da Receita

Federal na 4ª Região Fiscal (SRRF/4ª RF)/ Divisão de Fiscalização. Maragogi (AL), 3 dez. 2002

42. **Palestra Representação Fiscal para Fins Penais.** Seminário de Combate à Fraude. . Ministério da Fazenda / Escola de Administração Fazendária (Esaf). Florianópolis, 25-29 nov. 2002
43. **Palestra Crimes contra a ordem tributária.** Diretórios Acadêmicos da Faculdade de Direito do Recife e da Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 14 nov. 2002
44. **Palestra O Dever de Representar.** Seminário Tributação e Justiça Fiscal. Secretaria da Receita Federal / Superintendência Regional da Receita Federal na 4ª Região Fiscal. Hotel Salinas do Maragogi. Maragogi (AL), 13 nov. 2002
45. **Palestra STF - Modelo atual ou Corte Constitucional?** Seminário Modernização do Judiciário: Desafio do novo Milênio. Instituto de Desenvolvimento & Aperfeiçoamento Jurídico (Idaj). Recife, 17 out. 2002
46. **Palestra de abertura Lavagem de Dinheiro.** CXXVIII Seminário de Advogados do Banco do Brasil. Banco do Brasil S.A. Recife, 23 a 27 set. 2002.
47. **Palestra A Justiça Federal na Visão do Ministério Público Federal.** Justiça Federal em Foco (comemoração dos 35 anos da Justiça Federal). Seção Judiciária de Pernambuco, Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Recife, 20 set. 2002
48. **Palestra Representação Fiscal para Fins Penais.** Treinamento promovido pela Superintendência Regional da 4ª Região Fiscal da Secretaria da Receita Federal. Recife, 21 ago. 2002.
49. **Palestra Representação Fiscal para Fins Penais.** Encontro Mensal dos Auditores Fiscais da Previdência Social. Divisão de Arrecadação da Gerência Executiva no Recife do Instituto Nacional do Seguro Social. Associação dos Auditores Fiscais da Previdência em Pernambuco. Recife, 21 ago. 2002
50. **Palestra Representação Fiscal para Fins Penais.** Seminário Nacional de Combate às Fraudes. Coordenação Geral Aduaneira da Secretaria da Receita Federal. Salvador, 15 ago. 2002.
51. **Palestra/aula de encerramento Notas sobre o Princípio da Igualdade.** Escola Superior da Magistratura Trabalhista da 6ª Região. Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Recife, 9 ago. 2002.
52. **Palestra Controle Judicial de Constitucionalidade das Normas.** I Fórum Nacional de Direito Processual. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco e Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Recife, 23 a 25 maio 2002
53. **Palestra Liminar em Ação Direta de Inconstitucionalidade: Requisitos.** I Fórum Nacional de Direito Processual. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco e Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Recife, 23 a 25 maio 2002.
54. **Palestra A interação do Ministério Público com os Tribunais de Contas no combate à corrupção.** V Encontro Técnico da Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas — Os Tribunais de Contas e seus Desafios. Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas (Fenastc). Centro de Convenções de Pernambuco. Recife, 24 a 26 abr. 2002.

55. **Palestra Poderes Investigatórios do Ministério Público.** II Curso de Iniciação para Procuradores da República. Escola Superior do Ministério Público da União . Brasília, 11 a 26 fev. 2002
56. **Palestra Rito Ordinário do Código de Processo Penal.** II Curso de Iniciação para Procuradores da República. Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília, 11 a 26 fev. 2002
57. **Palestra Técnica de Elaboração de Denúncia.** II Curso de Iniciação para Procuradores da República. Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília, 11 a 26 fev. 2002
58. **Palestra Investigação Criminal pelo Ministério Público – Poderes Coercitivos, Requisições e Apoio da Polícia Judiciária.** II Seminário sobre Crime Organizado / VIII Fórum de Ciência Penal. Escola Superior do Ministério Público da União e Escola Superior do Ministério Público Estadual do Ceará. Hotel Marina Park. Fortaleza, 21 a 23 nov. 2001
59. **Palestra Arguição de descumprimento de preceito fundamental.** I Jornada de Discussões Jurídicas da Faculdade de Direito do Recife. Universidade Federal de Pernambuco / Faculdade de Direito do Recife / Diretório Acadêmico Demócrito de Souza Filho. Centro de Convenções de Pernambuco. Recife, 25 a 27 out. 2001 (palestra em 26 out. 2001).
60. **Palestra Relação das Fundações de Apoio com as Universidades Públicas, na Perspectiva dos Órgãos de Controle.** XIX Encontro Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior. Associação das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior / Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior. Fortaleza (CE), 24-26 out. 2001. Palestra em 25 out. 2001.
61. **Palestra Aspectos Jurídicos da Contratação em face da Nova Realidade Competitiva (Aplicação da Lei nº 8.666/93).** Painel Telecomsult. Natal (RN), 28 jun. 2001
62. **Palestra Arguição de descumprimento de preceito fundamental.** Curso de Especialização em Direito Administrativo (Turma N-2). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 27 jun. 2001
63. **Palestra A Notícia-crime nos Delitos contra a Justiça do Trabalho.** Curso de Adaptação dos Novos Juízes do Trabalho Substitutos. Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Recife, 13 jun. 2001
64. **Palestra A Notícia-crime nas Infrações Penais contra a Justiça do Trabalho.** X Encontro Regional dos Magistrados do Trabalho da 6ª Região. Encontro da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região. Cabo de Santo Agostinho (PE), 2-6 maio 2001
65. **Palestra Representação fiscal para fins penais: elementos imprescindíveis.** Seminário Qualidade da Ação Fiscal. Superintendência Regional da 4ª Região Fiscal da Secretaria da Receita Federal / Escola de Administração Fazendária (Esaf). Hotel Casa Grande. Gravatá (PE), 14 dez. 2000
66. **Painel Atuação do Ministério Público Federal no Combate e Prevenção da Lavagem de Dinheiro.** I Seminário sobre a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. Delegacia Regional do Banco Central do Brasil. Painel com o Procurador da República

Marcos Antônio da Silva Costa. Auditório do Banco Central do Brasil. Recife, 9 out. 2000

67. **Palestra Enriquecimento Ilícito.** Seminário Probidade na Administração Fiscal. Secretaria da Receita Federal / Superintendência Regional da Receita Federal na 4ª Região Fiscal / Escola de Administração Fazendária (Esaf). Recife, 23-25 ago. 2000, palestra em 24 ago. 2000.
68. **Palestra Lavagem de Dinheiro.** I Congresso das Américas de Ciências Criminais (Penal, Processo Penal, Criminologia e Vitimologia). Instituto Brasileiro de Estudos do Direito / Universidade Salgado de Oliveira / Bureau Jurídico. Centro de Convenções de Pernambuco. Recife, 17-20 maio 2000, palestra em 18 maio 2000.
69. **Palestra Novas Fronteiras do Direito.** IX Encontro Regional dos Magistrados do Trabalho da 6ª Região. Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região (Amatra/VI). Blue Tree Park Beach Resort. Cabo de Santo Agostinho (PE), 5-9 abr. 2000
70. **Comunicação Unificação de Inquéritos Policiais e Macrocriminalidade.** Encontro da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Pernambuco. Recife, 1º out. 1999.
71. **Palestra Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional.** Encontro da Assessoria Jurídica Regional do Banco do Brasil S.A. Hotel Recife Palace. Recife, 27 set. 1999
72. **Palestra Aspectos Penais na Justiça do Trabalho.** Curso de Especialização. Escola da Magistratura Trabalhista da 6ª Região. Recife, 17 set. 1999
73. **Palestra/aula de encerramento Interpretação Constitucional.** Escola Superior da Magistratura Trabalhista da 6ª Região. Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Recife, 6 ago. 1999
74. **Palestra A Natureza Política da Interpretação Constitucional.** Curso de Especialização em Direito Processual. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2 ago. 1999
75. **Palestra Reformas Constitucionais e Direito Adquirido.** Ciclo de Palestras da Justiça Federal. Seção Judiciária de Pernambuco / Centro de Estudos Juiz Hugo de Brito Machado. Auditório da Seção Judiciária de Pernambuco. Recife, 29 abr. 1998.
76. **Palestra Reforma Constitucional e Direito Adquirido.** VII Encontro Regional dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região. Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região (Amatra/VI). Intermars Village Resort, Serrambi. Ipojuca (PE), 1º a 4 abr. 1998 (palestra em 2 abr. 1998).
77. **Palestra Ação rescisória em desapropriação.** VIII Seminário Nacional de Direito Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Natal, 11-14 nov. 1997.
78. **Palestra A hermenêutica judicial e a mutação do Direito.** VI Encontro Regional dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região. Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região (Amatra/VI). Gravatá (PE), 10 abr. 1997
79. **Palestra Remédios Constitucionais.** Atividade extracurricular de curso de Direito. Faculdade de Direito do Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub). Brasília, 6 nov. 1996

80. Palestra **O Ministério Público**. Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal. Brasília, 5 nov. 1996
81. Palestra **Recurso especial**. Atividade curricular da disciplina Direito Processual Civil 2 (professor Guilherme Fernandes Neto). Curso de Graduação em Direito da Universidade de Brasília. Brasília, 28 jun. 1996
82. Palestra **Instrumentos de atuação do Ministério Público**. Curso de Pós-graduação Lato Sensu "Ordem Jurídica e Ministério Público". Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 19 jun. 1996
83. Palestra **Ação civil pública**. Encontro Nacional de Procuradores da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Brasília, 4 dez. 1995
84. Palestra **Recursos constitucionais**. Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* Ordem Jurídica e Ministério Público. Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 20 nov. 1995
85. Palestra **Resistência, desobediência e desacato**. Treinamento Nacional sobre Representação Fiscal para Fins Penais. Secretaria da Receita Federal / Coordenação Geral do Sistema de Fiscalização / Divisão de Pesquisa e Investigação. Escola de Administração Fazendária (Esaf). Brasília, 6-10 nov. 1995 (palestra em 7 nov. 1995).
86. Palestra **Direito e Informação**. Seminário Serviços de Informação na Atualidade. Divisão de Documentação e Biblioteca do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Conselho Federal de Biblioteconomia, Conselho Regional de Biblioteconomia da Primeira Região e Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 9 maio 1995
87. Palestra **A importância da informatização jurídica e os centros de documentação jurídica no Brasil**. I Reunião do Centro de Documentação do Direito à Vida, com o tema Direito à vida e informática (rede de documentação entre os países latinos). Associazione di Studi Sociali Latino-americani (ASSLA) / Consiglio Nazionale delle Ricerche (CNR), da Itália / Senado Federal-Subsecretaria de Análise. Brasília, 29 ago. 1994.
88. Relatoria do Grupo de Trabalho sobre **Elevação de qualidade dos cursos jurídicos**. Seminário Nacional dos Cursos Jurídicos (tema "Elevação de Qualidade e Avaliação"). Ministério da Educação e Cultura / Secretaria de Ensino Superior / Comissão de Especialistas de Ensino de Direito. Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub). Brasília, 6-7 dez. 1993.
89. Palestra **Atuação cível e criminal do Ministério Público**. III Ciclo de Palestras para os Servidores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 5 nov. 1993.
90. Palestra **Estado de defesa e estado de sítio**. II Curso de Aperfeiçoamento para as Carreiras Jurídicas (pós-graduação *lato sensu*). Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 28 ago. 1993
91. Palestra **Intervenção**. II Curso de Aperfeiçoamento para as Carreiras Jurídicas (pós-graduação *lato sensu*). Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 27 ago. 1993

92. **Palestra Prática da Promotoria Militar do Distrito Federal.** III Curso de Adaptação dos Novos Promotores de Justiça Adjuntos. Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 23 ago. 1993
93. **Palestra O Ministério Público na defesa de outros direitos.** II Ciclo de Palestras para os Servidores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 28 maio 1993.
94. **Palestra Repartição constitucional de competências: os Estados-membros, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios.** II Curso de Aperfeiçoamento para as Carreiras Jurídicas (pós-graduação *lato sensu*). Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 20 maio 1993.
95. **Palestra Poder Executivo.** II Curso de Aperfeiçoamento para as Carreiras Jurídicas (pós-graduação *lato sensu*). Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 7 maio 1993
96. **Palestra Repartição constitucional de competências: a União.** II Curso de Aperfeiçoamento para as Carreiras Jurídicas (pós-graduação *lato sensu*). Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 14 maio 1993.
97. **Palestra Princípio da separação dos poderes.** II Curso de Aperfeiçoamento para as Carreiras Jurídicas (nível de pós-graduação *lato sensu*). Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, 17 abr. 1993
98. **Palestra Recurso Especial, Embargos de Divergência e Agravo de Instrumento.** Curso de Direito Processual Civil. Ordem dos Advogados do Brasil/Seção de Pernambuco (OAB/PE). Painel com o Prof. Clito Fornaciari Júnior. Recife, 15 a 19 jun. 1992
99. **Palestra Aspectos práticos do recurso especial.** Atividade de capacitação. Ordem dos Advogados do Brasil/Seção de Pernambuco (OAB/PE). Recife, 16 jan. 1992
100. **Palestra Repetição do indébito tributário.** Curso de Aperfeiçoamento Acadêmico. Ordem dos Advogados do Brasil/Seção de Pernambuco (OAB/PE), Instituto dos Advogados de Pernambuco e Centro de Estudos Prof. Gustavo Paashaus. Recife, 29/5 a 9 jun. 1989

12. PARTICIPAÇÃO EM BANCAS DE COMISSÕES JULGADORAS

- Membro da banca examinadora do XVIII Concurso para o Cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 6ª Região (2010) (<http://www.trt6.jus.br/index_sec.php?acao=18concursojuiz>), do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Membro titular da banca examinadora das provas escritas (2ª etapa) – prova discursiva.
- Membro da banca examinadora do Concurso Público para Provimento de Cargos de Procurador do Distrito Federal (2007). Concurso executado pela Escola de Administração Fazendária (Esaf).

- Membro da banca examinadora do XVII Concurso para o Cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 6ª Região (2006) (<http://www.trt6.gov.br/noticias/informeadm/upload/xviiconcurso_juiz_comissoes.doc>), do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Membro titular da banca examinadora da prova de Conhecimentos Gerais, 1ª fase do concurso.
- Membro da banca examinadora do XVI Concurso para o Cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 6ª Região (2004), do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Membro titular da banca examinadora da prova de Conhecimentos Gerais, 1ª fase do concurso.
- Membro da banca examinadora da V Seleção ao Curso de Preparação à Magistratura Trabalhista da Seção Região da Escola Superior da Magistratura Trabalhista da 6ª Região (Esmatra), responsável pela matéria Direito Constitucional
- Membro da banca examinadora da IV Seleção ao Curso de Preparação à Magistratura Trabalhista da Seção Região da Escola Superior da Magistratura Trabalhista da 6ª Região (Esmatra), responsável pela matéria Direito Constitucional, conforme Portaria nº 1, de 28 dez. 1999, do Diretor da Esmatra
- Membro da banca examinadora de teses de Direito Administrativo do III Congresso Internacional de Direito (Constitucional, Administrativo, Tributário e Filosofia do Direito), realizado no Centro de Convenções da Universidade Federal de Pernambuco nos dias 28 a 30 nov. 1999, promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos do Direito (Ibed), Universidade Salgado de Oliveira (Univero) e Bureau Jurídico
- Membro da banca examinadora do concurso público para o cargo de Assistente de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran/DF), executado pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IDR) da Secretaria de Administração do Distrito Federal, em out/1995, responsável pela disciplina Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos (Ordem de Serviço nº 172, de 19 out. 1995, do Superintendente do IDR)
- Membro da banca examinadora do concurso público para o cargo de Agente de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran/DF), executado pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IDR) da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no 1º sem./1995, responsável pela matéria Direito Constitucional
- Membro da banca examinadora do concurso público para o cargo de Delegado de Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, executado pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IDR) da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no 1º sem./1995, coordenador da banca de Direito constitucional na prova oral (Ordem de Serviço nº 44, de 7 mar. 1995, do Superintendente do IDR)
- Membro da banca examinadora do concurso de seleção para o curso de pós-graduação *lato sensu* "Ordem Jurídica e Ministério Público", da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em nov/1994, responsável pela matéria Direito Constitucional

13. PARTICIPAÇÃO EM BANCAS DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO

- Membro da comissão examinadora do VI Curso de Ingresso e Vitaliciamento do Ministério Público Federal (2008). Avaliação de trabalhos de conclusão do curso, nas áreas: a) Obstáculos à efetividade do processo penal no combate à macrocriminalidade; b) interceptação das comunicações telefônicas: aspectos polêmicos; c) medidas cautelares penais: abordagem teórica e prática da previsão legal da formulação de representações pela autoridade policial. Escola Superior do Ministério Público da União.
- Membro da comissão examinadora do Curso Processo Civil e Processo Penal: Temas Atuais, oferecido a Juízes de Direito pela Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco (2008)

14. PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, CONGRESSOS E SIMILARES

1. Moderador da mesa Experiências Nacionais em Extinção de Domínio - Costa Rica, no **Seminário Internacional de Extinção de Domínio**, promovido pelo Ministério da Justiça em Brasília, de 1º a 4 set. 2009
2. Simpósio **Inovações Legislativas - Código de Processo Penal, Interceptação Telefônica e Lavagem de Ativos**, promovido pela Procuradoria Regional da República da 3ª Região, em São Paulo, 13 e 14 nov. 2008
3. Curso de aperfeiçoamento **Media training**, promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União, no Recife, 3 jun. 2008
4. Curso de aperfeiçoamento **As Redes entre a Corrupção, os Crimes contra o Sistema Financeiro e a Lavagem de Dinheiro**, promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União, em Brasília, 28 a 30 maio 2008 (15 horas-aula)
5. Curso **Investigación del Lavado de Activos en Sudamérica**, promovido pelo Grupo de Acción Financiera en Sudamérica (Gafisud), em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, 2007
6. **Proyecto Piloto sobre la Formación y los Mecanismos de Seguimiento a la Capacitación en Derechos Humanos en Relación con el Sistema Interamericano de Derechos Humanos**, promovido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington, EUA, 2007
7. Curso **IRS Money Laundering Training Program**, oferecido pela International Law Enforcement Academy Latin America (ILEA), dos Estados Unidos, em Lima, Peru, em 2006
8. Curso **Investigación Simulada en Caso de Lavado de Activo**, oferecido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em Brasília (DF), em 2006
9. **IV Encontro Nacional da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal**, promovido pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - Brasília, 11 a 13 dez. 2002

10. **Seminário A defesa do patrimônio público e social e a Lei de Improbidade Administrativa**, promovido pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal – Brasília, 11 a 13 dez. 2002
11. **Seminário Trafic de stupéfians et blanchiment**, promovido pela Ecole Nationale de la Magistrature – Paris, França, 9-13 set. 2002
12. **Curso de Extensão em Direito Penal**; Escola Superior do Ministério Público da União e Universidade de Brasília; Brasília, 1º sem./2001
13. **Encontro Nacional da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal** – Recife, 13-14 set. 2000
14. **II Encontro Nacional em Defesa do Patrimônio Público**; 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal – Brasília, 28-30 set. 1998
15. **Curso Fundamentos do mercado financeiro**; Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc) e Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F); Brasília, conclusão em 9 out. 1996
16. **IV Congresso Nacional de Direito Processual Civil, Trabalhista, Penal e Administrativo**; empresa Consultar e Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco; Recife, 2 a 4 maio 1996
17. **Treinamento sobre a Rede Local da Procuradoria da República no Distrito Federal**; Procuradoria da República no Distrito Federal; Brasília, 11 mar. 1996
18. **Curso sobre o DATASUS (Sistema de Informática do Sistema Único de Saúde)**; Ministério da Saúde e Ministério Público Federal; Brasília, 26 a 28 set. 1995
19. **3º Encontro Nacional de Direito Constitucional**; Instituto Brasileiro de Direito Constitucional – Instituto Pimenta Bueno; São Paulo, 23 e 24 set. 1994
20. **2º Seminário das Fundações de Direito Privado do Estado de Minas Gerais**; Procuradoria Geral de Justiça de Minas Gerais e Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais; Belo Horizonte, 25 e 26 nov. 1993
21. **V Simpósio Nacional de Direito Civil e Processual Civil**; Instituto de Estudos Jurídicos e Escola Superior da Magistratura de Pernambuco; Recife, 30 set. a 2 out. 1993 (20 horas-aula)
22. **Seminário de Direito Tributário**; Faculdade de Direito do Recife / Universidade Federal de Pernambuco; Recife, 26 ago. 1990
23. **Curso Comunicações Verbais**; IOB/Cursos de Legislação Empresarial; curso a distância, certificado expedido em 8 set. 1989
24. **Simpósio de Direito do Trabalho**; Faculdade de Direito do Recife / Universidade Federal de Pernambuco; Recife, jun/1988
25. **Simpósio sobre Direito de Família**; Faculdade de Direito do Recife / Universidade Federal de Pernambuco; Recife, set/1987
26. **Curso sobre Sociedades Comerciais**; Faculdade de Direito do Recife / Universidade Federal de Pernambuco, Diretório Acadêmico Demócrito de Souza Filho, Centro de Estudos Prof. Gustavo Paashaus e Instituto dos Advogados de Pernambuco; Recife, maio/1987

27. **Congresso Internacional de Direito do Trabalho**; Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, Academia Ibero-americana de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, Instituto Latino Americano de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social e Academia Nacional de Direito do Trabalho; Fortaleza, mar/1987
28. **Seminário O Município e a Constituinte**; FIAM e AMUP; Recife, fev/1987
29. **Seminário A Reforma Agrária à Luz da Constituinte**; Universidade Católica de Pernambuco (Departamento de Ciências Jurídicas / Instituto de Direito Privado); Recife, maio/1986
30. **Seminário Nacional de Direito do Trabalho**; Instituto Pernambucano de Direito do Trabalho; Recife, set/1985
31. **Simpósio sobre Microempresas**; Faculdade de Direito do Recife / Universidade Federal de Pernambuco e Associação Brasileira de Pequenas Empresas; Recife, maio/1985
32. **Congresso de Direito Constitucional**; Faculdade de Direito do Recife / Universidade Federal de Pernambuco; Recife, mar/1984
33. **Redator Auxiliar (Curso Profissionalizante)**; Colégio Torres; Recife, 1981

15. CONHECIMENTO DE IDIOMAS

IDIOMA	LÊ	FALA	ESCREVE	COMPREENDE
Inglês	bem	bem	bem	bem
Francês	bem	bem	bem	bem
Espanhol	bem	bem	bem	bem
Alemão	pouco	pouco	pouco	pouco
Italiano	razoavelmente	não	não	razoavelmente

16. CURSOS E DIPLOMAS DE LÍNGUAS

- Ex-aluno do Centro Cultural Brasil-Alemanha, Recife (PE)
- Ex-aluno do Curso de Espanhol do Centro Cultural Brasil – Espanha, Recife (PE)
- **Certificat Pratique de Langue Française (premier degré)** – menção *très bien* (Certificado Prático de Língua Francesa – 1º grau – menção “muito bem”), expedido pela Université de Nancy II, de Nancy, França, em 21 jun. 1988
- Curso de língua francesa Nancy I, oferecido pela Aliança Francesa no Recife, em 1987
- **Certificate of Proficiency in English** (Certificado de Proficiência em Inglês), expedido por The University of Michigan – English Language Institute, de Ann Harbor, Estados Unidos da América, em 27 nov. 1982

- **Teachers' Training Course** (Curso de Treinamento de Professores), oferecido pela Sociedade Cultural Brasil-Estados Unidos, em Recife, em 1982

17. OUTROS TRABALHOS TÉCNICOS

- **Poder de polícia, legalidade e controle ambiental.** Parecer elaborado em 27 maio 1991.
- **Imposto de importação. Fato gerador e incidência. Alíquota aplicável.** Parecer elaborado em 24 ago. 1989

18. APROVAÇÕES E HOMENAGENS

- Legitimidade Privativa do Ministério Público para o Processo Penal Cautelar – tese apresentada no 4º Congresso Nacional Virtual do Ministério Público, ocorrido no 2º sem./2010, e 3ª mais votada no congresso (<<http://www.congressovirtualnacionalmp.org.br>>), promovido pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público
- Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, na categoria Mérito Judiciário, outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região em 13 maio 2002
- Membro honorário da Força Aérea Brasileira, conforme diploma expedido pelo Comando da Aeronáutica em 1º nov. 2000
- Professor da aula de encerramento da primeira turma do Curso de Especialização da Escola Superior da Magistratura Trabalhista da 6ª Região, em 6 ago. 1999
- Artigo *A Estabilidade dos Servidores* (publicado na *Folha de S. Paulo*, em 21 jun. 1997) incluído nos Anais da Câmara Municipal de Guaratinguetá (SP), por força do Requerimento nº 39/97, do Vereador Fábio Germano Figueiredo Cabett, aprovado em sessão ordinária de 5 ago. 1997
- Aprovado em 1º lugar no concurso de seleção para o Curso de Mestrado em Direito e Estado da Universidade de Brasília (Faculdade de Direito/Coordenadoria de Pós-graduação em Direito) – sem divulgação de conceito numérico –, em dez/1995
- Aprovado em 2º lugar no Brasil no 13º Concurso para Procurador da República, conforme edital publicado no *Diário Oficial*, seção 3, de 2 jun. 1995, p. 10.142
- Elogiado individualmente pelo Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) pela atuação profissional, conforme deliberação na sessão de 16 fev. 1995, nos autos do processo nº 08190.000080-9/95
- Elogiado individualmente pela Procuradora Geral de Justiça do MPDFT “pela excelente qualidade de trabalho prestado, bem como a sua colaboração, dizendo que é pessoa de qualidades excepcionais, fácil relacionamento, educado, afável”, conforme certidão do Departamento de Recursos Humanos do MPDFT, de 6 abr. 1995

- Elogiado individualmente pelo Procurador de Justiça e membro do Conselho Superior do MPDFT, Adilson Rodrigues, por ser um “Promotor nota 10”, conforme certidão do Departamento de Recursos Humanos do MPDFT, de 6 abr. 1995
- Elogiado individualmente pela Procuradora de Justiça e membro do Conselho Superior do MPDFT, Zenaide Souto Martins, “louvando a dedicação, inteligência, brilhantismo e sua colaboração valiosa à instituição”, conforme certidão do Departamento de Recursos Humanos do MPDFT, de 6 abr. 1995
- Aprovado em 1º lugar no concurso de seleção para o Curso de Mestrado em Direito e Estado da Universidade de Brasília (Faculdade de Estudos Sociais Aplicados/Departamento de Direito/Coordenadoria de Pós-graduação em Direito) – sem divulgação de conceito numérico –, em fev/1992
- Aprovado em 2º lugar no concurso de seleção para o Curso de Mestrado em Direito da Faculdade de Direito do Recife (Universidade Federal de Pernambuco), com a média 9,00, em fev/1991
- Aluno laureado com maior média global da turma concluinte do curso de Direito da Faculdade de Direito do Recife (Universidade Federal de Pernambuco), em dez/1988, com a média de 8,98
- Aprovado em 1º lugar no Brasil no concurso público para o cargo de Auxiliar Judiciário, realizado em 1987 pelo Conselho da Justiça Federal, conforme publicação no *Diário Oficial* de 24 jun. 1987, com a média 442,8
- Aprovado em 1º lugar no exame de seleção de monitores realizado pela Faculdade de Direito do Recife (Universidade Federal de Pernambuco) para a disciplina Teoria Geral do Estado, em out/1986, com a média 9,28
- Aprovado no concurso externo para o Nível Básico da Carreira Administrativa do Banco do Brasil S.A., realizado em mar/1986
- Vencedor do Concurso de Tradução Charles Baudelaire, promovido pelo Diretório Acadêmico Demócrito de Souza Filho, da Faculdade de Direito do Recife (Universidade Federal de Pernambuco), na Semana da Poesia, de 7 a 11 out. 1985
- Aprovado no Concurso Vestibular de 1984, realizado em jan/1984 pelo Centro de Seleção para o Ensino Superior (CESESP), em Recife, para admissão ao curso de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, com a média 950,00

19. OUTRAS ATIVIDADES ACADÊMICAS, CIENTÍFICAS, CULTURAIS E DIVERSAS

- Presidente do painel **O hacker – agente criminoso virtual**, composto pelo advogado Alexandre Daoun e pelo Promotor de Justiça José Lopes Oliveira Filho, no I Congresso Internacional do Direito na Tecnologia da Informação, ocorrido no Recife, de 9-11 nov. 2000, promovido pelo Instituto Brasileiro da Política e do Direito da Informática (IBDI)
- Presidente da mesa na palestra **Papel e função do novo Ministério Público**, no Curso de Capacitação de Promotores de Justiça da Área Metropolitana do Recife, ocor-

rido no Recife, em 15 set. 2000, promovido pela Escola Superior do Ministério Público, do Ministério Público de Pernambuco

- Orientador da aluna Regina Helena Almeida de Jesus na monografia final do curso de pós-graduação *lato sensu* "Ordem jurídica e Ministério Público", da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em 1998
- Orientador do aluno Vinicius de Carvalho Madeira na monografia final do curso de pós-graduação *lato sensu* "Ordem jurídica e Ministério Público", da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em 1998
- Membro de comissão constituída pelo Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, pelo Ato nº 24, de 18 ago. 1995, destinada a elaborar anteprojeto do Regimento Interno da Faculdade de Direito, juntamente com os Professores Frederico Henrique Viegas de Lima e Humberto Jacques de Medeiros
- Presidente de Comissão constituída pelo Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, pelo Ato nº 17, de 23 maio 1995, destinada a elaborar proposta de criação de entidade cultural de direito privado vinculada à Faculdade de Direito
- Membro de comissão constituída pelo Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, pelo Ato nº 18, de 18 maio 1995, destinada a elaborar estudos e propostas sobre as transferências obrigatórias de estudantes, com os Profs. Ronaldo Rebello de Britto Poletti e Humberto Jacques de Medeiros
- Coordenador do ciclo de conferências **A Reforma do Código de Processo Civil**, realizado pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, com o apoio do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Escola Nacional da Magistratura e Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal, de 24 a 28 abr. 1995, em Brasília (DF)
- Coordenador do IV Curso de Adaptação dos Novos Promotores de Justiça Adjuntos, oferecido pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em ago/1994
- Membro do Conselho Editorial da Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, conforme Resolução nº 9, de 9 set. 1993, e Resolução nº 1, de 10 mar. 1995, do Conselho Administrativo da Escola. Membro juntamente com a Procuradora de Justiça Ruth Kicis Torrents Pereira e Benis Silva Queiroz Bastos e os Promotores de Justiça Antônio Luiz Barbosa de Alencastro; Suzana Vidal Toledo Barros, Humberto Jacques de Medeiros e Andreino Bento S Filho
- Coordenador do III Curso de Adaptação dos Novos Promotores de Justiça Adjuntos, oferecido pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em ago/1993, juntamente com os Promotores de Justiça José Firmo dos Reis Soub, Jair Meurer Ribeiro, Rogério Schiatti Machado Cruz e Laura Beatriz Castelo Branco Alves Semeraro Rito
- Diretor de Eventos da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, de ago/1993 a jun/1995
- Coordenador da Comissão Editorial do **Jornal da Associação**, da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, conforme Portaria nº 2, de 4 maio 1993, de sua Presidente

- Membro de comissão constituída pela Resolução nº 5, de 9 mar. 1993, da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, destinada a planejar, organizar, acompanhar e avaliar os Cursos de Adaptação ministrados pela Escola aos Promotores de Justiça Adjuntos, quando do ingresso na carreira
- Presidente da 103ª Seção da 8ª Zona Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, na eleição para Presidente da República, realizada em 3 out. 1990
- Diretor da Escola de Aperfeiçoamento Profissional da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção de Pernambuco, conforme ato de seu Presidente e sessão solene de instalação, em 11 ago. 1989
- Primeiro Mesário da 102ª Seção da 8ª Zona Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, na eleição para Governador do Estado, realizada em 15 nov. 1988
- Membro da Secretaria Executiva e da Comissão Organizadora do XV Encontro Brasileiro de Faculdades de Direito, realizado em out/1987, conforme Portarias nº 17/87 e nº 18/87, da Diretoria do Centro de Ciências Jurídicas (Faculdade de Direito do Recife), da Universidade Federal de Pernambuco, como representante do corpo discente
- Membro do Grupo de Trabalho para Apresentação de Proposta de Organograma Atualizado e Quadro Funcional para a Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco, como representante do corpo discente, conforme Portaria nº 17, de 15 dez. 1986, da Diretoria daquela Faculdade
- Membro do Colegiado do III Departamento (Teoria Geral do Direito e Direito Privado) da Faculdade de Direito do Recife (Universidade Federal de Pernambuco), como representante do corpo discente, de out/1986 a ago/1987
- Membro do Colegiado do I Departamento (Direito Público Geral e Processual) da Faculdade de Direito do Recife (Universidade Federal de Pernambuco), como representante do corpo discente, de out/1986 a ago/1987
- Membro do Conselho Departamental do Centro de Ciências Jurídicas (Faculdade de Direito do Recife), da Universidade Federal de Pernambuco, como representante do corpo discente, de set/1986 a mar/1988
- Coordenador de Grupo de Pesquisa da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção de Pernambuco, sobre as condições carcerárias do Presídio Professor Aníbal Bruno, na cidade do Recife, de 22 maio a 4 jun. 1987
- Co-organizador do **Curso sobre Sociedades Comerciais**, com o Prof. João Pinheiro Lins, na Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco. Participantes: Profs. João Pinheiro Lins e Sylvio Loreto e Advogado José Henrique Wanderley Filho. Recife, 18-23 maio 1987.
- Remetente de proposta de dispositivos para a Constituição Federal de 1988, encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Nacional Constituinte, em jan/1987
- Presidente do Diretório Acadêmico Demócrito de Souza Filho, da Faculdade de Direito do Recife (Universidade Federal de Pernambuco), de set/1986 a out/1987

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, que todos os dados constantes das 29 folhas que compõem este *curriculum vitae*, sem emendas, ressalvas ou rasuras, as quais vão encadernadas e por mim assinadas nesta página, constituem a expressão da verdade.

Recife(PE), 24 de maio de 2011.

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and lines, positioned above the printed name.

WELLINGTON CABRAL SARAIVA

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO SENADO FEDERAL.

WELLINGTON CABRAL SARAIVA, brasileiro, casado, Procurador Regional da República, lotado na Procuradoria Regional da República da 5ª Região, vem mui respeitosamente à presença de Vossas Excelências, para os fins do art. 1º, III, do Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, apresentar a seguinte argumentação escrita, para ao final expor e requerer.

1. O requerente teve a honra de ser indicado pelo Excelentíssimo Procurador-Geral da República ao Excelentíssimo Presidente do Supremo Tribunal Federal, a fim de ocupar a vaga destinada ao Ministério Público da União no egrégio Conselho Nacional de Justiça (CNJ), consoante prevê o art. 103-B, X, da Constituição da República (na redação da Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004).

2. Para os fins do citado art. 1º, III, do Ato nº 1/2007, o requerente pede vênua para ponderar a Vossas Excelências que acredita reunir as condições necessárias a ocupar dita vaga. Do ponto de vista profissional, atua na área jurídica desde 1987, isto é, há 24 anos, quando iniciou sua prática na qualidade de estagiário da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco. Após colar grau em Direito, na Universidade Federal de Pernambuco, como aluno laureado, com a nota média global 8,98, em dezembro de 1988, passou a exercer advocacia militante tão logo obteve sua aprovação no exame de Ordem, em 1989. Desde agosto de 1987, era empregado do Banco do Brasil S.A., na área de câmbio, o que igualmente lhe proporcionou rica experiência profissional. Em janeiro de 1991, foi nomeado Assessor Técnico-judiciário do Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o Desembargador DEMÓCRITO REINALDO, época em deixou a advocacia por incompatibilidade legal. Em julho de 1991 foi empossado Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em face da nomeação do agora Ministro DEMÓCRITO REINALDO para compor aquele Tribunal Superior. Com a aprovação no concorrido concurso para o cargo de Promotor de Justiça Adjunto do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o requerente ingressou na carreira do Ministério Público em outubro de 1992. Em junho de 1995, veio a ser aprovado - em 2º lugar em todo o Brasil - no rigoroso concurso para o cargo de Procurador da República, quando então ingressou no quadro do Ministério Público Federal, onde se encontra até hoje, após haver sido promovido ao cargo de Procurador Regional da República em dezembro de 2003, com início do exercício na sua atual lotação em abril de 2004.

3. Por esse breve relato, podem Vossas Excelências constatar que o requerente teve a rica oportunidade de atuar em algumas das principais profissões jurídicas, ou seja, na advocacia, na atividade-fim do Poder Judiciário, como assessor, e em dois ramos do Ministério Público da União, que agora pleiteia representar no CNJ.

4. O requerente é mestre em Direito pela prestigiada Universidade de Brasília, tendo obtido aprovação de sua dissertação de Mestrado por banca composta por Ministros do Supremo Tribunal Federal, além de seu orientador. Além disso, exerce a docência do Direito desde 1993, tanto na graduação quanto na pós-graduação, em diferentes disciplinas, e integrou diversas bancas de concursos para cargos da magistratura judicial e da advocacia pública, entre outros. É coautor de sete livros, autor de 11 artigos publicados em periódicos e de 12 artigos publicados em jornais ou *sites* de notícias, todos de conteúdo técnico-jurídico. Tem ainda atuado intensamente como palestrante, perante diversos públicos, em órgãos e entes públicos e privados e em eventos científicos da área jurídica, tendo proferido até hoje cerca de uma centena de palestras e conferências, inclusive no exterior.

5. Em relação a línguas estrangeiras, o requerente fala e escreve fluentemente em inglês, francês e espanhol, além de possuir algum conhecimento de italiano e alemão. Também por esse motivo, tem tido a honra de merecer segundas indicações do Procurador-Geral da República para representar o Ministério Público Federal em eventos internacionais, promovidos por organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial e o GAFI/FATF (*Groupe d'Action Financière / Financial Action Task Force*), este o principal organismo mundial no combate à lavagem de bens.

6. No Ministério Público Federal, além de suas tarefas ordinárias da atuação judicial e extrajudicial, o requerente tem desempenhado uma série de atividades adicionais, pois é Coordenador do Grupo de Trabalho em Convenções Internacionais contra a Corrupção (GTCIC) e membro do Grupo de Trabalho em Lavagem de Dinheiro e Crimes Financeiros (GTLD), além de Corregedor Auxiliar da Corregedoria-Geral do MPF; também é um dos representantes do MPF na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), há vários anos, e vem sendo, também há anos, instrutor dos cursos de iniciação dos novos Procuradores da República. Trabalhou nas Procuradorias da República de Goiás, do Distrito Federal e de Pernambuco. Exerceu a Chefia e a Coordenação Criminal da Procuradoria da República em Pernambuco e da Procuradoria Regional da República da 5ª Região. Já foi designado para exercer, em substituição, as funções de Subprocurador-Geral da República. Teve também a honra de desempenhar atividades associativas, ocupando, por dois biênios, os cargos de Diretor e depois Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

7. Pela sua experiência acadêmica, pessoal e profissional, o requerente crê que estará apto a emprestar sua modesta contribuição aos relevantíssimos trabalhos do CNJ, se tiver a honra de ter seu nome aprovado pelo Senado da República. A larga vivência em diferentes ramos do Direito, inclusive pelo contato com a realidade jurídica de diferentes Estados da Federação e até de outros países, enseja ao requerente visão profunda da realidade do Poder Judiciário e dos aspectos em que necessita ser aprimorado, o que terá valor em sua futura atuação no CNJ, se aprovado por Vossas Excelências.

8. Por acreditar que, no Conselho Nacional de Justiça, o requerente poderá honrar a representação do Ministério Público da União e as expectativas da Sociedade Brasileira e de sua representação política no Congresso Nacional, a fim de contribuir para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário, é que vem pleitear a aprovação de seu nome por parte dessa augusta Câmara Alta.

Recife (PE), 24 de maio de 2011.



WELLINGTON CABRAL SARAIVA
Procurador Regional da República

DECLARAÇÃO

Para todos os fins de direito, sob as penas da lei, especialmente em face do disposto no art. 5º, II a IV, da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005 (alterada pela Resolução nº 22, de 2 de setembro de 2009), do Senado Federal, e do Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal:

- a) **INFORMO** que não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do órgão responsável por minha indicação (a Procuradoria-Geral da República), nem mesmo de servidor ocupante de cargo de provimento efetivo desse órgão;
- b) **DECLARO** que não cumpro nem jamais cumpri sanção criminal ou administrativo-disciplinar no Ministério Público Federal nem no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, assim como **DECLARO** não ter conhecimento da existência de procedimento algum dessa natureza contra minha pessoa;
- c) **DECLARO** que não sou membro do Congresso Nacional ou do Poder Legislativo de Estado da Federação, do Distrito Federal ou de Município nem cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes;
- d) **DECLARO** que minha esposa YASMIN BARRÊTO BELIAN é Analista Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios desde junho de 1994, ocupante de cargo efetivo mediante aprovação em concurso público, atualmente lotada no Tribunal Regional Federal da 5ª Região; que meu pai,

RÔMULO PEDROSA SARAIVA, foi advogado privado de 1978 a abril de 2009; que meu irmão RÔMULO PEDROSA SARAIVA FILHO é advogado privado desde 2007; que minha irmã SORAYA CABRAL SARAIVA exerce ocasionalmente a advocacia privada desde fevereiro de 2002; e que meu tio RINALDO PEDROSA SARAIVA exerceu ocasionalmente a advocacia privada de 1987 a 2000; **DECLARO** ainda que nenhum desses parentes ou qualquer outro possui ou possuiu relação nem vinculação com o exercício de minhas funções no Ministério Público Federal;

e) **DECLARO** que nunca participei, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, sendo que, a título de investimento, possuo 100 ações ordinárias nominativas A (código VALE3) e 100 ações preferenciais nominativas (Vale PNA - código VALE5), da VALE S.A., 800 ações ordinárias nominativas (código BBAS3) do BANCO DO BRASIL S.A., 100 ações ordinárias nominativas (código PETR3) e 100 ações preferenciais nominativas (código PETR4) da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. (PETROBRAS), e 77 ações ordinárias nominativas (código MGLU3) da empresa MAGAZINE LUIZA S.A., adquiridas em recente oferta pública de ações, tudo por intermédio de minha conta corrente no BANCO DO BRASIL S.A.; **DECLARO** que essas ações têm sido regularmente declaradas à Secretaria da Receita Federal do Brasil (com exceção das 77 código MGLU3 mencionadas, por haverem sido adquiridas neste exercício); **DECLARO** ainda que, em relação a entidades não governamentais, fui Diretor e depois Vice-Presidente da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA (ANPR), respectivamente nos biênios 2007-2009 e 2009-2011, tendo encerrado o último mandato em 13 de maio de 2011, e Diretor de Eventos da FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, de ago/1993 a jun/1995;

f) **DECLARO** que não tenho conhecimento de dívida tributária de minha pessoa para com os fiscos federal, estaduais ou municipais, sendo que, do fisco federal, faço anexar certidão conjunta negativa de débitos de tributos federais e da dívida ativa da União;

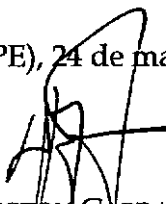
g) **DECLARO** que é do meu conhecimento apenas a existência de dois processos em que figuro como parte, os quais são os seguintes:

g.1) embargos de divergência em recurso especial nº 720.813/PE, da 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, relator o Desembargador Vasco Della Giustina (convocado), decorrente da ação ordinária nº 0008063-33.2001.4.05.8300 (antigo nº 2001.83.00.008063-2), movida pelo declarante e outros colegas do Ministério Público Federal em face da UNIÃO, a fim de obter o pagamento de ajuda de custo em remoção a pedido, no âmbito do MPF (art. 227 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993); após acórdão desfavorável aos autores, foram interpostos embargos de divergência, os quais aguardam julgamento;

g.2) ação ordinária nº 0009424-41.2008.4.05.8300 (antigo nº 2008.83.00.009424-8), da 9ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, ajuizada por TARCÍSIO BARROS BORGES E OUTROS, inclusive o declarante, com a finalidade de obter a exoneração do pagamento de laudêmio sobre o imóvel de sua propriedade, em área considerada como terreno de marinha, no Município do Recife (PE); a ação encontra-se em fase de instrução;

h) **DECLARO** que, nos últimos cinco anos, atuei apenas perante o Pleno e a 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, como representante do Ministério Público Federal, com exceção do período de 22 de fevereiro a 22 de março de 2007, em que fui designado pelo Procurador-Geral da República para exercer, em substituição, as funções de Subprocurador-Geral da República, com atuação perante a 5ª e a 6ª Turmas do Superior Tribunal de Justiça (Portaria PGR nº 49, de 13 de fevereiro de 2007).

Recife (PE), 24 de maio de 2011.



WELLINGTON CABRAL SARAIVA
Procurador Regional da República

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: WELLINGTON CABRAL SARAIVA
CPF: 456.358.894-68

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 15:23:18 do dia 24/05/2011. <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/11/2011.

Código de controle da certidão: **D1AF.04E8.5095.3FCA**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO
DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

SECRETARIA
DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: **2011.000001505500-25**

Data de Emissão: **30/05/2011**

DADOS DO REQUERENTE

CPF: **456.358.894-68**

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste Órgão, que o requerente supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta Certidão é válida até **27/08/2011**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.



Certidão Positiva com Efeito de Negativa Débitos Fiscais

1. Denominação Social/Nome	2. CMC
WELLINGTON CABRAL SARAIVA	290.828-0
3. Endereço	4. CNPJ/CPF
RUA DOUTOR JOAO SANTOS FILHO, 250 APTC 0902 EDF AL CASA FORTE BAIRRO PARNAMIRIM, CEP 50000-000, RECIFE-PE	456.358.894-68
5. Atividade Econômica	
9997-02-2 PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR	

6. Descrição

Certifico, com fundamento no artigo 206 do Código Tributário Nacional e na legislação municipal em vigor, que o contribuinte de que trata a presente certidão encontra-se regular perante o erário municipal, existindo créditos tributários lançados porém não vencidos ou com exigibilidade suspensa nos termos do artigo 151 do C.T.N.
Sequencial n.º 155496.4 com parcelas a vencer.

7. Ressaiva

* * * * *

8. Validade/Autenticidade

Esta certidão é válida por 60 (sessenta) dias a contar da data de sua expedição e sua autenticidade deverá ser confirmada na página www.recife.pe.gov.br/certidao/autenticidade

**Certidão equivalente ao Certificado de Regularidade Fiscal, nos termos da Lei 8.666/93
e abrange as esferas administrativa e judicial (dívida ativa)**

A Prefeitura do Recife se reserva no direito de cobrar quaisquer dívidas que porventura venham a ser apuradas posteriormente, relativas ao período a que se refere a presente certidão.

9. Código de Autenticidade

711.9849.1537

10. Expedida em

Recife, 06 de JUNHO de 2011

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 676

Brasília, 30 de maio de 2011

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
30/05/2011 12:43 7687

Senhor Presidente,

Aditando o Ofício PGR/GAB nº 596, de 20 de maio de 2011, cópia anexa, encaminho a Vossa Excelência os *curricula vitae* e os documentos exigidos pela Resolução nº 7/2005, do Senado Federal, do Procurador Regional da República WELLINGTON CABRAL SARAIVA, integrante do Ministério Público Federal, e do Promotor de Justiça GILBERTO VALENTE MARTINS, integrante do Ministério Público do Estado do Pará, para a composição do Conselho Nacional de Justiça.

Atenciosamente,



ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Excelentíssimo Senhor
Ministro CEZAR PELUSO
Presidente do Conselho Nacional de Justiça
Brasília - DF

Brasília, 20 de maio de 2011

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
20/05/2011 11:32 7042

Senhor Presidente,

Em atenção ao contido no Ofício nº 198/GP, de 11 de abril de 2011, encaminho a Vossa Excelência os nomes dos membros do Ministério Público da União e dos Estados (este escolhido entre os indicados pelos Ministérios Públicos Estaduais), para a composição do Conselho Nacional de Justiça:

a) WELLINGTON CABRAL SARAIVA, Procurador Regional da República, integrante do Ministério Público Federal; e

b) GILBERTO VALENTE MARTINS, Promotor de Justiça, integrante do Ministério Público do Estado do Pará.

Envio, em anexo, os *curricula vitae* dos indicados, esclarecendo que serão posteriormente remetidos os documentos exigidos pela Resolução nº 7/2005, do Senado Federal.

Atenciosamente,



ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Excelentíssimo Senhor
Ministro CEZAR PELUSO
Presidente do Conselho Nacional de Justiça
Brasília - DF

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no DSF, em 08/06/2011.